

arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape || epaa

Arizona State University

Volume 26 Número 83

23 de julho 2018

ISSN 1068-2341

Colonialidade e Pedagogia Decolonial: Para Pensar uma Educação Outra

Catherine Walsh

Universidad Andina Simón Bolívar
Ecuador

Luiz Fernandes de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Vera Maria Candau

PUC - Rio
Brasil

Citação: Walsh, C., Oliveira, L. F., & Candau, V. M. (2018). Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. *Arquivos Analíticos de Políticas educativas*, 26(83).

<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3874>

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar o Dossiê Colonialidade e Pedagogia Decolonial. Apresentamos e discutimos no texto a perspectiva teórica Modernidade/Colonialidade e os seus principais conceitos que mobilizam o dossiê, especialmente os conceitos de modernidade, de colonialidade e da pedagogia decolonial. Por fim, apresentamos como se desenvolve o debate sobre colonialidade e pedagogia decolonial neste dossiê, destacando que esta perspectiva teórica se constrói em diálogo com as diversas

Página web: <http://epaa.asu.edu/ojs/>

Facebook: /EPAAA

Twitter: @epaa_aape

Artigo recebido: 7/5/2018

Revisões recebidas: 21/6/2018

Aceito: 21/6/2018

realidades educacionais e dos movimentos sociais.

Palavras-chave: colonialidade; pedagogia decolonial; educação outra

Coloniality and decolonial pedagogy: To think of other education

Abstract: This paper aims to present the special issue on Coloniality and Decolonial pedagogy. The work presents and discusses the theoretical perspectives on Modernity / Coloniality and its main concepts, particularly the modernity, the coloniality and decolonial pedagogy concepts. We also develop the debate about coloniality and decolonial pedagogy in this dossier, highlighting that this theoretical perspective is built in a dialogue with several educational realities and with social movements.

Keywords: coloniality, decolonial pedagogy, other education

Colonialidad y pedagogía decolonial: Para pensar una educación otra

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar el Dossier Colonialidad y Pedagogía Decolonial. En el texto presentamos y discutimos la perspectiva teórica Modernidad/Colonialidad y los principales conceptos que dinamizan el dossier, de modo especial los conceptos de modernidad, colonialidad y pedagogía decolonial. También presentamos como se desarrolla en este dossier el debate sobre la colonialidad y pedagogía decolonial, señalando que se trata de una perspectiva teórica construida en diálogo con diversas realidades educativas y de los movimientos sociales.

Palabras-claves: colonialidad; pedagogía decolonial; educación otra

Introdução

Não percamos tempo em litânias estereis ou em mimetismos nauseabundos. Deixemos esta Europa que não pára de falar do homem ao mesmo tempo em que o massacra por toda parte em que o encontra, em todas as esquinas de suas próprias ruas, em todos os cantos do mundo. Há séculos... que em nome de uma suposta aventura espiritual, ela sufoca a quase totalidade da humanidade. (Fanon, 2005, p. 25)

Em 31 de maio do presente ano, fomos surpreendidos com a notícia do falecimento de Anibal Quijano, aos 90 anos de idade. Sua longa e produtiva trajetória profissional e intelectual foi fundamental para a construção de um pensamento crítico latino-americano nas ciências sociais, vigoroso e criativo. A ele devemos a construção do conceito de “colonialidade do poder”, fundamental para o presente dossiê e, a ele, fazemos uma homenagem ao intelectual e humanista que nos deixou uma rica produção que seguirá alimentando nossos estudos, projetos e sonhos.

No século XIX, o pensador alemão Karl Marx, no seu texto sobre as teses de Feuerbach, afirmou que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 1979, p. 14). Essa ideia, nas décadas seguintes, significou uma virada epistemológica no pensamento ocidental, influenciando a compreensão filosófica e política de dezenas de gerações de pensadores e intelectuais nos mais diversos campos das ciências humanas, das diversas perspectivas teóricas e, especialmente, no campo da educação.

No século XXI, podemos considerar que outra ideia, expressa por diversos intelectuais Latinoamericanos, tem a possibilidade de se transformar numa virada epistêmica, agora, não mais e somente dentro dos círculos intelectuais ocidentais, mas sobretudo, também entre os pensadores fora dos cânones moderno ocidentais. Essa ideia pode ser sintetizada na seguinte expressão: “a

colonialidade é constitutiva da modernidade” (Mignolo, 2005, p. 75). Essa ideia vem se construindo como força política, epistemológica e pedagógica, faz referência às possibilidades de um pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade europeia capitalista e um projeto teórico voltado para o repensamento crítico e transdisciplinar, em contraposição às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento.

Esses intelectuais representam um conjunto de autores denominado por Arturo Escobar (2003) como grupo de pesquisadores da perspectiva teórica “Modernidade/Colonialidade” (MC)¹. A ideia de que a colonialidade é constitutiva da modernidade significa o questionamento da geopolítica do conhecimento como estratégia do pensamento moderno ocidental que, de um lado, afirmou suas teorias, seus conhecimentos e seus paradigmas como verdades universais e, de outro, invisibilizou e silenciou os sujeitos que produzem outros conhecimentos e histórias. Em outros termos, a modernidade foi implementada escondendo o seu lado obscuro que é a colonialidade. Para esses intelectuais, colonialidade e modernidade são as duas faces da mesma moeda. Graças à colonialidade, a Europa pode produzir as ciências humanas com um modelo único, universal e pretensamente objetivo na produção de conhecimentos, além de deserdar todas as epistemologias da periferia do ocidente.

Quando afirmamos que o “programa de investigação MC” pode ser caracterizado como uma virada epistemológica no século XXI, estamos caracterizando-o como uma maneira diferente de pensamento em relação às grandes narrativas produzidas pela modernidade europeia como a cristandade, o liberalismo e o marxismo (Escobar, 2003). Além disso, a perspectiva Modernidade/Colonialidade não se restringe a um pensamento acadêmico ou se propõe a ser um novo campo teórico universal, ela só adquire sentido somente desde e com as lutas contra a colonialidade, junto aos movimentos políticos e sociais (de mais de 500 anos) caracterizados como pensar/ser/fazer/sentir de forma distinta à práxis e a retórica da modernidade.

Os Principais Conceitos da Perspectiva Modernidade/Colonialidade

Assim como toda perspectiva teórica que se forja em novos contextos e se apresenta à comunidade acadêmica como novidade teórica, os denominados intelectuais decoloniais (Oliveira, 2016), apresentam diversos conceitos que vão fundamentar essa perspectiva, como: o mito de fundação da modernidade, a colonialidade, o racismo epistêmico, a diferença colonial, a transmodernidade, o pensamento liminar, o pensamento de fronteira, a interculturalidade crítica, a pedagogia decolonial, dentre outros.

Não nos cabe aqui nos debruçar sobre estes diversos conceitos, mas para iniciar as reflexões teóricas que os diversos textos que este dossiê apresenta, três conceitos chaves são fundamentais: o mito de fundação da modernidade, a colonialidade e a pedagogia decolonial.

O primeiro conceito representa um fundamento prévio da perspectiva teórica MC. A modernidade foi uma invenção das classes dominantes europeias a partir do contato com a América. A modernidade não foi fruto de uma autoemancipação interna europeia que saiu de uma imaturidade por um esforço autóctone da razão que proporcionou à humanidade um pretense novo desenvolvimento humano. Foi necessário, segundo Dussel (2009), afirmar uma razão universal a partir da Europa e estabelecer uma conquista epistêmica na qual o etnocentrismo europeu representou o único que impôs uma identificação com a “universalidade-mundialidade”. A

¹ Entre os pensadores associados com este grupo estão: o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o semiólogo e teórico cultural argentino Walter Mignolo, a socióloga-pedagoga norte-americana radicada no Equador Catherine Walsh, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, dentre outros.

modernidade foi inventada a partir de uma violência colonial. Em outros termos, na conquistada de Abya Yala (América Latina), as classes dominantes europeias inventaram que somente sua razão era universal, negando a razão do outro não europeu.

O segundo conceito representa a chave mestra da virada epistêmica que a perspectiva teórica MC pode significar. A Colonialidade implica na classificação e reclassificação da população do planeta, em uma estrutura funcional para articular e administrar essas classificações, na definição de espaços para esses objetivos e em uma perspectiva epistemológica para conformar um significado de uma matriz de poder na qual canalizar uma nova produção de conhecimento. Colonialidade representa, apesar do fim do colonialismo,

um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, porém, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Em outros termos, Aníbal Quijano destaca,

(...) a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais”, segundo os momentos, os agentes e as populações implicadas. Essas construções intersubjetivas produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (de pretensão “científica” e “objetiva”) de significação a-histórica, isto é, como fenômenos naturais e não da história do poder. Tal estrutura do poder foi e ainda é o marco a partir do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental. Com efeito, ao observarmos as linhas principais da exploração e da dominação social em escala global, as linhas matrizes do atual poder mundial, sua distribuição de recursos e de trabalho, entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados são exatamente os membros das “raças”, das “etnias”, ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante. (Quijano, 1992, p. 438)

Essa formulação, segundo Walter Dignolo, começa a entrar nos espaços acadêmicos muito recentemente, como uma nova forma de ressignificar a modernidade e a construção do conhecimento:

Uma pesquisa do Google sobre os termos “decolonial” (descolonial), “decoloniality” (descolonialidade) e “decolonization of knowledge” (descolonização do conhecimento) mostra um número crescente de entradas nos últimos cinco anos. Antes desse período, encontrava-se pouco sobre “decoloniality” (descolonialidade). A tendência acadêmica era para “postcoloniality” (pós-colonialidade), particularmente nos Estados Unidos. No antigo Terceiro Mundo, com a exceção da Índia, a pós-colonialidade não tem muita aceção – ainda menos no mundo árabe-islâmico, na Ásia Central e no Cáucaso, ou até no Sudeste Asiático, nas Américas do Sul e Central e no Caribe. (Dignolo, 2017, p. 15)

O terceiro conceito, que será o principal destaque deste dossiê, é a Pedagogia Decolonial. A analogia que fizemos anteriormente com a formulação de Marx na 11ª tese sobre Feuerbach, não foi ao acaso. A perspectiva MC representa uma crítica profunda a retórica da modernidade e a lógica da

colonialidade e uma intervenção política e pedagógica, entendida como a necessidade de ler o mundo para intervir na reinvenção da sociedade. É um trabalho de politização da ação pedagógica. Esta perspectiva é pensada a partir da ideia de uma práxis política contraposta a geopolítica hegemônica monocultural e monoracional, pois trata-se de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que têm como horizonte de suas práticas e relações sociais a lógica epistêmica ocidental, a racialização do mundo e a manutenção da colonialidade.

Uma ação decolonial enquanto pedagogia implica, (...) em um trabalho de orientação decolonial, dirigido a romper as correntes que ainda estão nas mentes, como dizia o intelectual afrocolombiano Manuel Zapata Olivella; desescravizar as mentes, como dizia Malcolm X; e desaprender o aprendido para voltar a aprender, como argumenta o avô do movimento afroequatoriano Juan García. Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos (Walsh, 2009, p. 24)

Essa pedagogia se opera além dos sistemas educativos (escolas e universidades), ela convoca os conhecimentos subordinados pela colonialidade do poder e do saber, dialoga com as experiências críticas e políticas que se conectam com as ações transformadoras dos movimentos sociais, é enraizada nas lutas e práxis de povos colonizados e, é pensada com e a partir das condições dos colonizados pela modernidade ocidental. Assim, o pedagógico e o decolonial² se constituem enquanto projeto político a serem construídos nas escolas, nas universidades, nos movimentos sociais, nas comunidades negras e indígenas, nas ruas etc.

O Debate sobre Colonialidade e Pedagogia Decolonial neste Dossiê

O debate sobre o pensamento decolonial é muito recente no Brasil. Entretanto, nos últimos anos, ele vem se qualificando em diversos campos do conhecimento social e histórico, especialmente no campo da educação. Um exemplo disso é a constatação, nos Anais do II Seminário Internacional Pós-Colonialismo, Pensamento Descolonial e Direitos Humanos na América Latina (2018) - organizado majoritariamente por intelectuais do campo dos Direitos Humanos na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) - da presença massiva de educadores, professores e estudantes de pós graduação em Educação de diversos estados brasileiros e que apresentaram trabalhos em que o eixo das questões pedagógicas era a perspectiva teórica MC³.

² Em nota de rodapé de um recente livro de Catherine Walsh, ela afirma: “Dentro de la literatura relacionada a la colonialidad del poder, se encuentran referencias —incluyendo en este mismo libro— tanto a la descolonialidad y lo descolonial, como a la decolonialidad y lo decolonial. Su referencia dentro del proyecto de modernidad/colonialidad inicia en 2004, abriendo así una nueva fase en nuestra reflexión y discusión. Suprimir la “s” es opción mía. No es promover un anglicismo. Por el contrario, pretende marcar una distinción con el significado en castellano del “des” y lo que puede ser entendido como un simple desarmar, deshacer o revertir de lo colonial. Es decir, a pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan en existir. Con este juego lingüístico, intento poner en evidencia que no existe un estado nulo de la colonialidad, sino posturas, posicionamientos, horizontes y proyectos de resistir, transgredir, intervenir, in-surgir, crear e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual se puede identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alter-(n)ativas”. (2013, pp. 24-25)

³ Cabe destacar que ainda não foi realizada pesquisa para identificar o estado da arte sobre a produção acadêmica da perspectiva teórica MC no campo da educação brasileira. Nesse sentido, no ano de 2017 o

O campo da educação no Brasil vem, nos últimos anos, sendo chamado a rediscutir uma série de questões temáticas clássicas como currículo, didática, formação docente, cultura escolar etc, em função de novas demandas implicadas com o desafio de superar desigualdades e discriminações raciais, de gênero, sexualidade, religiosas, entre outras, assim como reconhecer e valorizar as diferenças, assumindo as tensões entre igualdade e diferença, políticas de redistribuição e de reconhecimento. E, neste sentido, o movimento teórico-prático, expresso pelos intelectuais MC e pelos diversos movimentos sociais, se aproximam de uma perspectiva além das formulações teóricas eurocentradas. Há uma crescente aderência por parte de diversos pesquisadores brasileiros no sentido de pensar e formular uma perspectiva de educação outra com e a partir dos sujeitos subalternizados pela colonialidade, como povos indígenas e afrodescendentes, quilombolas, diversidades de sexo-gênero e outros marcadores das diferenças contrapostas às lógicas educativas hegemônicas. Este dossiê, de um certo modo, contribui para mobilizar e enriquecer este debate no campo educacional no Brasil.

Na chamada deste dossiê se apresentaram mais de 20 propostas. Entretanto, através do processo de avaliação de especialistas nesta área teórica, foram selecionados 10 textos, abrangendo 19 autores, que analisam realidades de países como Argentina, Brasil e México. O balanço que fazemos é que esta perspectiva teórica no Brasil lança reflexões epistemológicas que se afinam com muitas demandas, projetos e formulações pedagógicas daquilo que representa o giro decolonial, ou seja, o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, a lógica da modernidade/colonialidade, de insurgência e construção de perspectivas “outras” e de afirmação de processos educativos comprometidos com os sujeitos subalternizados pela lógica educacional hegemônica.

O dossiê apresenta questões diversificadas e tendências que estão afinadas com a proposição teórica decolonial, pois quando fazem referência a educação popular, a educação indígena, a educação em comunidades amazônicas, sobre tradições orais, memórias e patrimônios afro-brasileiros, alguns textos formulam e analisam pedagogias além dos sistemas educativos hegemônicos e dialoga com experiências críticas e políticas enraizadas nas lutas e práxis dos colonizados pela modernidade.

Por outro lado, quando em outros textos, se faz referência a educação de jovens e adultos, ao ensino superior, ao ensino de história, ao ensino de línguas estrangeiras e a proposição conservadora da Escola Sem Partido, o sentido da pedagogia decolonial se forja na perspectiva de intervir na reinvenção da sociedade, na politização da ação pedagógica, propondo desaprender o aprendido e desafiar as estruturas epistêmicas da colonialidade.

Embora não haja uma referência explícita em todos os textos sobre o enraizamento das propostas de pedagogia decolonial nos movimentos sociais enquanto sujeitos pedagógicos – que podemos considerar como uma lacuna deste dossiê -, o conjunto dos textos abrem diversas possibilidades de investigação neste campo.

O primeiro texto, “Por uma Pedagogia Decolonial na América Latina: Convergências entre a Educação Popular e a Investigação-Ação Participativa,” de João Colares da Mota Neto, analisa as

Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas (GPMC/UFRRJ) vinculado a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade (PPGEDUC), iniciou esse trabalho. A pesquisa, ainda em processo, já mapeou centenas de produções sobre colonialidade e pedagogia decolonial em teses e dissertações, revistas de programas de pós-graduações em educação, plataforma Scielo e os anais da ANPED, no marco temporal entre 1998-2016. O GPMC e seus integrantes, ainda não publicaram os primeiros resultados desse levantamento. Entretanto, para maiores detalhes, solicitar contato com um dos editores desse dossiê através do [e-mail axeluz@gmail.com](mailto:axeluz@gmail.com)

possibilidades de convergência entre a educação popular e a investigação-ação participativa, tomando como referência o pensamento do pedagogo brasileiro Paulo Freire e do cientista social colombiano Orlando Fals Borda. Em particular, explora estas convergências com vistas a identificar elementos para a constituição de uma pedagogia decolonial na América Latina. Trata-se de uma pesquisa inserida no campo da história comparada do pensamento social latino-americano, utilizando-se como fontes primárias diversas obras de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. O autor defende o argumento de que a convergência entre a educação popular e a investigação-ação participativa é uma das mais fecundas, criativas e instigantes contribuições intelectuais já produzidas na América Latina, capaz de apontar para uma pedagogia decolonial que enfrente o colonialismo intelectual, o tradicionalismo pedagógico e o autoritarismo da ciência moderno-colonial.

O segundo texto, “Pedagogia da Ayahuasca: Por uma decolonização epistêmica do saber,” de Maria Betania Albuquerque, analisa uma modalidade singular de educação mediada pelo consumo da ayahuasca, bebida feita de plantas de origem amazônica utilizada no contexto ritual da religião do Santo Daime. Em função das diversas aprendizagens que engendram, essas plantas são consideradas pelos adeptos como professoras. Mas, como compreender essa educação cujo mestre não é um humano e sim uma planta? Que saberes perpassam uma tal prática educativa? Como situar epistemologicamente esse tipo de educação? São questões refletidas pela autora e que tem como objetivo analisar a dimensão educativa do daime e os saberes que perpassam essa experiência pedagógica, bem como refletir sobre a lógica epistêmica que caracteriza essa experiência. Para tanto, considera a bibliografia relativa ao uso da ayahuasca e à religião do Santo Daime, bem como depoimentos orais de pessoas que consomem o daime em diferentes regiões do Brasil e do exterior.

O terceiro texto, “Pedagogias do Sul e subjetivação política: Os Bachilleratos Populares na Argentina como parte dos “movimentos pedagógicos latino-americanos,” de Shirly Said, tenta recuperar a abordagem da sociologia das emergências e vincular a proposta do pensamento decolonial às pedagogias críticas latino-americanas. Com esse quadro conceitual, e cruzando diversas concepções sobre a subjetividade política, se propõe a abordar a experiência dos Bachilleratos Populares de Jovens e Adultos na Argentina (BPJA) como parte dos movimentos pedagógicos latino-americanos orientados à reconstrução crítica do saber pedagógico. Os BPJA são escolas secundárias para jovens e adultos que trabalham de modo autogerido, no âmbito das organizações territoriais e das fábricas recuperadas, e adotam um projeto político-pedagógico ligado à educação popular de caráter emancipatório. Exigem que o Estado garanta o direito à educação para todos os setores sociais, ao mesmo tempo em que defendem a autonomia política e pedagógica de seu currículo. Como parte das novas formas de construção social, política e, portanto, pedagógica de vários movimentos sociais latino-americanos, a autora propõe que os BPJA são uma expressão significativa da gestação de alternativas emergentes que, com grande potencial criativo e autorreflexivo, conseguiram pôr em questão certas formas tradicionais de educação, orientando-se à formação de sujeitos políticos e críticos, e transformando-se, eles próprios, em sujeitos pedagógicos coletivos.

O quarto texto, “Decolonialidade como Epistemologia para o Campo Teórico da Internacionalização da Educação Superior,” de Fernanda Geremias Leal e Mário César Barreto Moraes, propõe uma aproximação entre a perspectiva epistemológica decolonial e o campo teórico da internacionalização da educação superior, com base em dois pressupostos: As desigualdades subjacentes às relações Norte-Sul também se manifestam no domínio da educação superior internacional e 2. A produção científica desse campo pode ser mais significativa e funcional aos países do Sul se consideradas suas raízes epistêmicas e condicionalidades históricas. Inicialmente, o texto contextualiza a decolonialidade como postura epistemológica e tradição de pesquisa. Na sequência, abordam-se as contradições evidenciadas na educação superior internacional contemporânea. O estudo segue com o debate sobre a inserção da perspectiva decolonial nos

estudos sobre internacionalização, tendo como referência o projeto intelectual de crítica/resistência dessa epistemologia em relação às tendências eurocentradas da modernidade, cuja manifestação mais influente na educação superior é a globalização em curso. Buscas sistemáticas nas bases Portal de Periódicos Capes e Scopus reforçam essa possibilidade de aproximação, pois revelam um debate científico internacional acerca das formas coloniais/neocoloniais presentes na educação superior e indicam haver espaço para o desenvolvimento de estudos decoloniais nesse campo. Ao final do artigo, apresenta-se a cooperação Sul-Sul como possível objeto de interesse empírico para a pesquisa científica em internacionalização sob as lentes teóricas da decolonialidade.

O quinto texto, “Os jovens, o pensamento-outro, e a micro-geopolítica do conhecimento intergeracional nas Escolas Secundárias Comunitárias Indígenas de Oaxaca, México,” de Julieta Briseño Roa, identifica em Oaxaca (México), uma comunalidade como pensamento contra-hegemônico que permeou o movimento docente indígena, contribuindo para o reconhecimento da existência da geopolítica do conhecimento como estratégia da modernidade/colonialidade na escola. Nesse contexto, nasceu a proposta de educação indígena comunitária. A autora, se baseando em pesquisas etnográficas, mostra a construção cotidiana de um dos projetos: o modelo das Secundárias Comunitárias Indígenas (SCI), concebido como projeto de emancipação epistêmica. Com o fim de contribuir com a discussão sobre práticas pedagógicas decoloniais que promovem a construção de um pensamento-outro nos jovens, analisa uma prática escolar na qual duas formas de pensar a educação indígena entre duas gerações se tencionam.

O sexto texto, “A decolonialidade como emergência epistemológica para o ensino de história,” de Tânia Mara Pedroso Müller e Paulo Antonio Barbosa Ferreira, apresenta os resultados e reflexões obtidos numa pesquisa realizada no campo das Relações Étnico-raciais, que tinha como objetivo compreender os efeitos de sentido que os discursos dos materiais didáticos produzem em diálogo com os contextos em que forem inseridos. Os autores tiveram como arcabouço teórico-metodológico as contribuições de diferentes autores vinculados ao pensamento decolonial e a perspectiva de análise discursiva, mais especificamente a corrente enunciativa. O objeto de estudo foi o Livro Didático Integrado de História para o ensino médio da educação básica do Grupo Positivo de Ensino. A escolha específica deste sistema se justifica pelo tamanho alcançado no mercado escolar privado e a lucratividade obtida pelas editoras, tendo em vista a grandeza do Grupo Positivo. O texto conclui que o objeto de análise é eivado de discurso ideológico no qual negros e negras estão postos como sujeitos subalternos na história.

O sétimo texto, “Em tempos de neocolonialismo: Escola sem partido ou Escola partida?,” de Maria Cristina Giorgi, Del Carmen Daher, Dayala Paiva de Medeiros Vargens e Fabiany Carneiro de Melo, tem como objetivo discutir as perspectivas e projeções do Escola sem Partido (EsP), movimento que surge no Brasil em 2004 e ganha força no contexto das ofensivas conservadoras mais recentes e afirma ter como pauta principal uma “educação sem doutrinação”, além de defender um modelo de escola que se caracteriza por ser “sem partido”. Os autores embasam suas reflexões na Pedagogia decolonial (Walsh, 2009, Oliveira, 2016) uma vez que caracterizam o movimento EsP como um novo modo de colonizar as escolas, com ideias que voltariam a servir aos interesses de grupos que bastante se aproximam daqueles que foram e ainda são beneficiados pela boa educação desde a época da colonização. O texto também lança mão da noção de sociedade disciplinar de Foucault (1982, 2004) para refletir sobre os mecanismos de controle sobre o trabalho docente propostos pelo EsP. Fazem um breve percurso sobre diferentes contextos históricos da escola no Brasil, sublinhando a indissociabilidade entre poder, política e educação. Por fim, os autores apontam que as forças conservadoras ligadas a projetos neoliberais têm empreendido verdadeiro ataque à educação pública pondo em risco conquistas populares e o esvaziamento do sentido efetivo de democracia no âmbito escolar.

O oitavo texto, “Educação pela Tradição Oral de Matriz Africana no Brasil: Ancestralidade, resistência e constituição humana,” de Daniela Barros Pontes e Silva, Saulo Pequeno Nogueira Florencio e Patrícia Lima Martins Pederiva, busca compreender os processos educativos da tradição oral de matriz africana no Brasil, entendendo a transmissão de saberes tradicionais como processo de constituição humana. Esta tradição oral, fundada na ancestralidade, traz na sua essência o caráter da resistência à colonização desde a sua origem, e permanece resistindo, transmitindo oralmente seus saberes, memória e história. Os autores afirmam que os processos educativos da tradição oral de matriz africana constituem, em seus detentores, um posicionamento combativo e resistente às opressões do sistema-mundo moderno/colonial. Para tal constatação, foi realizada uma etnografia em grupos e comunidades tradicionais de matriz africana localizadas em duas cidades do estado da Bahia: a Casa de Oxumarê, em Salvador, e nas culturas tradicionais como o Samba de Roda, a Chegança e a Renda de Bilros em Saubara. O objetivo foi investigar como acontecem os processos educativos pela oralidade e como contribuem para a constituição humana de seus detentores. A partir do campo enuncia-se que o exercício da consciência ancestral torna-se elemento educativo anticolonial, em que os grupos e comunidades tradicionais de matriz africana no Brasil permanecem reafirmando perante o mundo suas formas de educar, resistir e reexistir.

O nono texto, “Memórias Outras, Patrimônios Outros e Decolonialidades: Contribuições teórico-metodológicas para o estudo de história da África e dos afrodescendentes e de história dos indígenas no Brasil,” de Elison Antonio Paim e Helena Maria Marques Araújo, entrecruza educação, memória, patrimônio e relações étnicorraciais. Para os autores, no território brasileiro, frequentemente percebe-se que os documentos oficiais e boa parte dos livros didáticos têm historicamente negligenciado as questões do patrimônio, das memórias, histórias e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras, ou seja, as memórias e histórias outras - mesmo sendo legalmente obrigatório o seu ensino. O texto apresenta possibilidades para pensar os diferentes saberes, fazeres, memórias de experiências educativas desenvolvidas em múltiplos espaços e tempos, bem como, identifica como memórias, patrimônios e temáticas étnicorraciais são pensados numa perspectiva da decolonialidade. Ampliando as relações de diálogo entre o campo de pesquisa do patrimônio cultural e relações étnicorraciais, os autores procuram identificar em que medida as políticas públicas da educação se aproximam ou se distanciam dos patrimônios e temáticas étnicorraciais. O artigo está organizado de forma a explicitar aspectos teórico-metodológicos para a construção de pensamento conceitual sobre decolonialidade, memórias oficiais e contra-hegemônicas, patrimônios e identidades, cultura e história dos povos afrobrasileiros, cultura e história dos povos indígenas e como estas diferentes categorias se entretecem como possibilidade para construção de pensamentos e práticas outras.

O décimo e último texto do dossiê, “Linguagem, Literatura e Construção de Identidades em Práticas Pedagógicas: O Ensino de Línguas Estrangeiras em uma Perspectiva de Resistência,” de Luciana de Mesquita Silva, Alice Moraes Rego de Souza e Fabio Sampaio de Almeida, tem como objetivo apresentar e teorizar o “Sarau das Letras: linguagens na construção de identidades”, atividade artístico-cultural realizada em conjunto entre docentes e discentes das disciplinas de Língua Espanhola e Inglesa, ofertadas no âmbito do curso superior de Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet/RJ) campus Petrópolis. Em termos de fundamentos, os autores procuram articular a perspectiva discursiva da linguagem à teorização pós-colonial /decolonial, tais articulações teóricas buscam trazer à tona certa concepção de língua como imbricada ao social e como espaço de manifestação e embates entre diferentes práticas discursivas. A apresentação do Sarau é feita por meio de uma descrição geral das performances expostas durante o evento e também por uma análise mais aprofundada de quatro poemas declamados pelos alunos, buscando mostrar a importância de se discutir e dar visibilidade a vozes de resistência, por vezes, subalternizadas. A partir da reflexão teórico-prática desenvolvida no decorrer do artigo, segundo os

autores, foi possível compreender a relevância do ensino de línguas estrangeiras na formação crítica e ampla de cidadãos, tendo em vista o compromisso ético e político de compartilhar com os estudantes a visão de que, por meio da língua(gem), se manifestam e circulam disputas de posicionamentos sobre as diversas formas de ser em nossa sociedade.

Como se percebe, a partir de diferentes perspectivas temáticas e metodológicas, o conjunto de artigos que compõe este dossiê levanta inúmeras possibilidades de diálogo da perspectiva teórica Modernidade/Colonialidade com a realidade educacional brasileira e da América Latina. Os artigos também ilustram aquilo que afirmamos anteriormente, ou seja, a perspectiva MC não faz sentido somente no restrito espaço acadêmico, mas se constrói em diálogo com as diversas realidades educacionais e de movimentos sociais e políticos, ao longo de séculos, que se constituem como um pensar/ser/fazer/sentir de forma distinta à práxis e a retórica da modernidade. Enfim, esperamos que os artigos apresentados neste dossiê suscitem e mobilizem o diálogo, as trocas políticas e, essencialmente, contribuam para a construção de uma educação outra, não mais baseado na legitimidade da razão moderna como único referente do conhecimento social, político e pedagógico.

Referências

- Anais do II Seminário Internacional Pós-colonialismo, Pensamento Descolonial e Direitos Humanos na América Latina (2018). São Leopoldo. Acesso em 27 de abril 2018 em: <https://www.dropbox.com/s/xqckgd9q6x01kv6/ANAIS%20II%20SEMIN%20C3%81RIO%20P%20C3%93S%20COLONIALISMO.pdf?dl=0>
- Dussel, E. (2009) Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. In B. S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 283-335). Coimbra: Edições Almedina.
- Escobar, A. (2003) *Mundos y conocimientos de otro modo*. Acesso 27 de abril de 2018 em <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/122.pdf>.
- Fanon, F. (2005) *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127-167). Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar/Universidad Central-IESCO/Siglo del Hombre Editores.
- Marx, K. (1979). *A ideologia alemã* (I – Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas.
- Mignolo, W. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: O hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In E. Lander (Org). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 71-103). Buenos Aires.
- Mignolo, W. (2017). Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 32(94). Acesso em 27 abril 2018 em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092017000200507&lng=pt&nrm=iso
- Oliveira, L. F. de. (2016). O que é uma educação decolonial. *Revista Nueva América* (Buenos Aires), 149, 35-39.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y Modernidad-razionalidad. In H. Bonillo, *Los conquistados* (pp. 437-449). Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO.
- Walsh, C. (2009). Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. In V. M. Candau, *Educação intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas* (pp. 12-42). Rio de Janeiro: 7 letras.

Walsh, C. (2013). Lo pedagógico y lo decolonial. Entretejiendo caminos. In C. Walsh, *Pedagogias decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir*. TOMO I. (pp. 23-68). Quito-Ecuador: Abya Yala.

Sobre os Autores

Catherine Walsh

Universidad Andina Simón Bolívar – UASB

walshcathe@gmail.com

Socióloga-Pedagoga e Diretora (fundadora) do doutorado em Estudos Culturais Latinoamericanos da Universidad Andina Simón Bolívar – UASB, sede Equador. A autora é Coordenadora do doutorado em Estudos Culturais da América Latina e da Cátedra de Estudos Afro-Andinos e professora desta Universidade nas áreas de Estudos e Letras Sociais e Globais. Organizadora, coordenadora e fundadora desde 2002 com Juan García Salazar do Fundo Documental Afro-Andino, agora aberto ao público na biblioteca UASB. Também é professora convidada em várias instituições de ensino superior. É coeditora (com Walter Dignolo) da série editorial "On Decoloniality", Duke University Press e membro de vários conselhos editoriais internacionais. É membro do Conselho Consultivo da Fundação Fausto Reinaga, La Paz, Bolívia e da Cátedra América Latina e Colonialidade do Poder, Universidade Ricardo Palma, Lima.

Luiz Fernandes de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEDUC/UFRRJ e da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ.

O autor é formado em graduação em Sociologia na Università degli studi di Roma Tre (1998), possui especialização em História da África e dos Negros no Brasil pela UCAM (2004), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002) e Doutorado em Educação Brasileira pela PUC - Rio (2010). É coordenador do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas – GPMC/UFRRJ. Militante do Movimento Negro e autor do Livro Didático “Sociologia para Jovens do Século XXI”, que é adotado em milhares de escolas do ensino médio do Brasil. Desenvolve pesquisas na área de Formação docente, com ênfase em Relações Raciais, Educação e pedagogia decolonial. Atua principalmente nos seguintes temas: Relações Étnicorraciais e Educação, História da África, Formação Docente, Didática, Interculturalidade e decolonialidade.

Vera Maria Candau

PUC – Rio

A autora possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutorado e Pós-doutorado em Educação pela Universidad Complutense de Madrid. Realizou também estudos no nível de pós-graduação na Universidade Católica de Louvain (Bélgica). Atualmente é professora emérita do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Assessora experiências e projetos sócio-educativos no país e no âmbito internacional, particularmente em países latino-americanos. Tem ampla experiência de ensino desde a escola básica aos cursos de licenciatura, mestrado e doutorado. É coordenadora do grupo de Pesquisas sobre Cotidiano, Educação e Cultura(s), através do qual tem desenvolvido sistematicamente pesquisas sobre as relações entre educação e cultura(s). Suas principais áreas de atuação são: educação multi/intercultural, cotidiano escolar, didática, educação em direitos humanos e formação de educadores/as. É pesquisadora Senior do CNPq.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 26 Número 83

23 de julho 2018

ISSN 1068-2341



O Copyright é retido pelo/a o autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação à revista **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Más informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e por AAPE/EPAA. AAPE/EPAA é publicada por *Mary Lou Fulton Institute Teachers College da Arizona State University*. Os textos publicados em **AAPE** são indexados por CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, Espanha) DIALNET (Espanha), [Directory of Open Access Journals](#), Education Full Text (H.W. Wilson), EBSCO Education Research Complete, ERIC, QUALIS A1 (Brasil), SCImago Journal Rank; SCOPUS, SOCOLAR (China).

Curta a nossa comunidade EPAA's Facebook <https://www.facebook.com/EPAAAPE> e Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Kaizo Iwakami Beltrao**, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV, Brazil), **Geovana Mendonça Lunardi Mendes** (Universidade do Estado de Santa Catarina), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch, Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Almerindo Afonso

Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá

Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins

Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira

Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Brasil

António Teodoro

Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner

Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Brasil

Lílian do Valle

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Brasil

Alda Junqueira Marin

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Angelica Buendia** (Metropolitan Autonomous University), **Ezequiel Gomez Caride** (Pontificia Universidad Católica Argentina), **Antonio Luzon** (Universidad de Granada), **José Luis Ramírez Romero** (Universidad Autónoma de Sonora, México), **Paula Razquin** (Universidad de San Andrés)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de
Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la
Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro Universidad
Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitía

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner Universidad
Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la
Evaluación de la Educación,
México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de
México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana,
México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV,
México

Pedro Flores Crespo Universidad
Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y
Sociedad (CEDES) CONICET,
Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la
Universidad y la Educación,
UNAM, México

María Guadalupe Olivier Tellez,
Universidad Pedagógica Nacional,
México

Miguel Pereyra Universidad de
Granada, España

Mónica Pini Universidad Nacional
de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación
Educativa y el Desarrollo
Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de
Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia,
Colombia

Mario Rueda Beltrán Instituto de
Investigaciones sobre la Universidad
y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo,
España

Jurjo Torres Santomé, Universidad
de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana,
México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales
Santiago, Chile

Antoni Verger Planells

Universidad Autónoma de
Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés,
Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Executive Editor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Cristina Alfaro San Diego State University

Gary Anderson New York University

Michael W. Apple University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale OISE, University of Toronto, Canada

Aaron Bevanot SUNY Albany

David C. Berliner Arizona State University

Henry Braun Boston College

Casey Cobb University of Connecticut

Arnold Danzig San Jose State University

Linda Darling-Hammond Stanford University

Elizabeth H. DeBray University of Georgia

Chad d'Entremont Rennie Center for Education Research & Policy

John Diamond University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo Albert Shanker Institute

Sherman Dorn Arizona State University

Michael J. Dumas University of California, Berkeley

Kathy Escamilla University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion University of the Negev, Israel

Melissa Lynn Freeman Adams State College

Rachael Gabriel University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass Arizona State University

Ronald Glass University of California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross University of Louisville

Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt University of North Carolina Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester Indiana University

Amanda E. Lewis University of Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana University

Christopher Lubienski Indiana University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses University of Colorado, Boulder

Julianne Moss Deakin University, Australia

Sharon Nichols University of Texas, San Antonio

Eric Parsons University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton University of Kentucky

Susan L. Robertson Bristol University, UK

Gloria M. Rodriguez University of California, Davis

R. Anthony Rolle University of Houston

A. G. Rud Washington State University

Patricia Sánchez University of University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of California, Berkeley

Jack Schneider University of Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist University of Maryland

Benjamin Superfine University of Illinois, Chicago

Adai Tefera Virginia Commonwealth University

Tina Trujillo University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol University of Connecticut

John Weathers University of Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley Center for Applied Linguistics

John Willinsky Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth University of South Florida

Kyo Yamashiro Claremont Graduate University